



**CONSTRUIR A NOVA IGUAÇU:  
INSTRUÇÃO, SANEAMENTO E A  
CAMPANHA PELO HOSPITAL (1917-1936)**

*Amália Dias<sup>1</sup>*

Estudos sobre vertentes do pensamento social brasileiro no pós-abolição demarcam as confluências estabelecidas entre o almejado “progresso” do país, a defesa de investimentos em saneamento de territórios e reformas urbanas, além de medidas destinadas à instrução e higiene das populações e intervenções em seus hábitos de moradia, lazer e trabalho. Os discursos econômicos e sanitaristas elevariam os temas da higiene e instrução à pilares da modernidade republicana (FREITAS,2001;SANTOS,2008). O consenso estabelecido de que a educação superaria o diagnóstico de crise, transformando o “jeca-tatu” em ativo trabalhador, operava uma mudança no pensamento social brasileiro acerca dos determinismos de uma raça mestiça. A educação ganhava em importância como ingrediente, tornava-se vacina para a “regeneração” dos brasileiros (CARVALHO, 1998, p.142). O recurso de sanear a sociedade devido ao estado de doença, tomando a nação/sociedade como um organismo, convertia “questões sociais e políticas em questões de higiene” (CARVALHO, 1998, p.146).

Ao examinar a função social atribuída à educação nas correntes que constituíam a Associação Brasileira de Educação, durante a Primeira República, a autora ressalta que

a inexistência de fronteiras nítidas entre a ação higienista, assim concebida, e a educação, pensada também no horizonte intelectual do determinismo como alteração do meio ambiente, permite que a metaforização da ação educacional em obra de saneamento seja procedimento discursivo de grande força descritiva (CARVALHO, 1998, p.147).

Os projetos para os territórios e populações da baixada Fluminense foram afetados por esse processo histórico ao longo da Primeira República. No Jornal Correio da Lavoura, fundado no distrito-sede de Iguaçu em 1917, é possível localizar artigos, opiniões e matérias sobre as condições precárias de habitação e saúde da população. A ausência ou surgimento de iniciativas destinadas à promoção do saneamento e da saúde foram assuntos que compareceram com assiduidade, afinal, a higiene era uma das bandeiras do jornal. As instalações de postos de saúde, de serviços de limpeza e coleta de lixo, de abastecimento de água e canalização de esgotos, incidiam sobre a configuração espacial da cidade, habilitando-a, supunha-se, a espelhar e produzir o progresso. O saneamento e a higiene consistiam em modos de educar o espaço e os sujeitos, em adotar novos códigos de ordenação do social. Guardavam estreitos vínculos, portanto, com o tema da instrução escolar. A partir de pesquisa realizada no Jornal Correio da Lavoura, apresentamos como estes temas configuravam os debates, movimentos sociais e políticas destinadas a configurar territórios e populações do distrito-sede de Iguaçu, Nova Iguaçu, com ênfase na campanha sobre a construção do Hospital de Iguaçu.

<sup>1</sup> Professora Adjunta de História da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPG/ECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ – Duque de Caxias). Trabalho apresentado no evento Dia da Baixada Fluminense, FEBF-UERJ, 2015.

## Higiene e instrução para a construção do espaço urbano

Em artigo publicado em 1926, sob o título “Hygiene e Instrucção”, o jornal repercutia a centralidade que esses temas assumiram na discussão de questões sociais. A falta de compromisso e de medidas permanentes por partes dos “poderes públicos” transformavam esses temas nos dois “problemas” que assolavam a população. Sob a ótica do jornal, fazendo coro ao que era alarmado por “eminentemente médicos e autorizados jornalistas”, eram explicitados os nexos entre higiene e instrução: “De ambos dependem o bem estar e a prosperidade do nosso povo. A hygiene é a fortaleza do corpo como a instrucção é a saúde do espirito. Não ha duvida de que sem hygiene e sem cultura o organismo humano é uma presa fácil das doenças” (HYGIENE E INSTRUCÇÃO, 16 set 1926).

Encobertos pela “absoluta falta de hygiene e pela noite eterna da cegueira intellectual”, segundo o jornal, a população rural e a população operária enfrentavam graves problemas, “jugulados pelas doenças, roídos pela verminose, sacrificados pela deficiência da alimentação e falta de conforto, numa luta sem tréguas [...]”. Sobre as relações desse tema com a formação da força de trabalho, lembrava-se que um povo brasileiro sadio dispensaria o uso do trabalho do imigrante (HYGIENE E INSTRUCÇÃO, 16 set 1926).

As condições de saúde e higiene da população, por sua vez, eram atreladas às condições de habitação, aos hábitos de consumo, de cuidados com o corpo, o que apontava para a necessidade de suprimir a insalubridade. As prescrições sobre o que era saudável e adequado circunscreviam os hábitos que deveriam ser abandonados, como, por exemplo, o alcoolismo. Havia um entrelaçamento entre saúde, condição física, conduta moral e disposição ao trabalho que buscava reorganizar, nas primeiras décadas pós-escravidão, a função social do trabalho e do trabalhador. Construir a “Nova” Iguaçu, portanto, demandava investimentos que viabilizassem a construção de nova infraestrutura. O saneamento das regiões insalubres da Baixada Fluminense era essencial para a redefinição dos usos do território. O espaço precisava ser reorganizado, saneado, para propiciar novos modos de vida.

Em 1920, eram anunciados os preparativos para comemoração do 1º aniversário do Posto de Profilaxia Rural de Nova Iguaçu, com conferência do sr. Belisário Pena, chefe do Serviço de Profilaxia Rural e Saneamento (CORREIO DA LAVOURA, 29 jul. 1920, ano IV, n. 176). O jornal publicaria um suplemento do *Correio da Lavoura* sobre “Higiene Popular”, sob a direção do médico Mário Pinotti (CORREIO DA LAVOURA, 2 dez. 1920, ano IV, n. 194). Foi assíduo o apoio do Jornal à causa do médico sanitário Belisário Pena. A instalação de postos de profilaxia rural em localidades do município era noticiada depositando esperanças na “regeneração” da população. Além do tratamento dos doentes por exames, consultas e medicação, havia na ação desses postos uma dimensão educativa. Constantemente eram realizadas “palestras” e “conferências” destinadas à população. A ação dos médicos sanitários atesta os vínculos entre saúde e saneamento estabelecidos naquelas décadas. Cabe lembrar que a instauração do regime de prefeituras no estado do Rio de Janeiro, e no município de Iguaçu, resultou da intervenção do governo estadual na construção da rede de abastecimento de águas e canalização dos esgotos da cidade. E um médico sanitário foi indicado para assumir a Prefeitura de Iguaçu.

Ao aprovar o interesse do prefeito Mário Pinotti em fundar na cidade uma “Escola Modelo” e mais outras escolas, “segundo os métodos da pedagogia moderna”, o jornal lembrava suas próprias bandeiras da higiene e instrução:

Quanto à primeira, aí temos a profilaxia rural, que vai conquistando a simpatia unânime, que aos poucos vencendo a resistência do povo – esse exército de doentes e opilados – que vai seguramente levantando o físico das populações. Sob a chefia do Dr. Pinotti, o Posto desta cidade muito tem feito no cumprimento desse desiderata [i]. Em boa hora, ao mesmo homem, foi entregue a Prefeitura de Iguaçu. (AACÇÃO DO PREFEITO DE NOVAIGUASSÚ. 22 mar. 1920).

O interesse do prefeito pela criação de escolas evidenciava a compreensão, segundo o jornal, de “que não pode haver higiene completa, saneamento definitivo e organismos são sem [que] se instrua o

povo" (A ACÇÃO DO PREFEITO DE NOVA IGUASSÚ. 22 mar. 1920). A partir da instauração do regime de prefeituras ficou deliberado, entre as atribuições da administração municipal, "prover sobre a instrução primaria, hygiene e assistencia publica no municipio" (ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n.1.620, de 11 de novembro de 1919). A mesma atribuição repelia-se na lei estadual de Organização Municipal, de 1921 (Estado do Rio de Janeiro. Lei n.1.734, de 14 de novembro de 1921). Em 1929 permaneciam as mesmas competências para a administração municipal, desde que "sem prejuizo da competência dos poderes públicos do Estado" (Estado do Rio de Janeiro. Lei n.2.316, de 30 de janeiro de 1929).

A necessidade do saneamento para a configuração do espaço demandava intervenções sobre as vias de circulação e modos de transporte dos municípios. O afluxo de trabalhadores e o escoamento das mercadorias pressionavam pela melhoria das condições das estradas e dos serviços de transporte. O *Correio da Lavoura* fazia exigências sobre a melhoria das estradas de rodagem do município. O poder municipal e o poder estadual eram convocados para a construção de novas rodovias e conservação das vias, como ações expressivas do crescimento da cidade e da produção agrícola, principalmente.

Outras iniciativas em prol de melhorias para o município ganhavam visibilidade. A fundação do Centro de Melhoramentos de Iguassú, em reunião realizada na localidade de Belford Roxo, pretendia requerer das autoridades locais e federais as benfeitorias que demandavam os vários distritos do município (CENTRO DE MELHORAMENTOS DE IGUASSÚ. 4 set. 1919). Uma comissão do Centro de Melhoramentos foi recebida pelo ministro da Viação, um mês após sua criação. Na ocasião foi entregue um abaixo-assinado com 800 assinaturas de moradores de Belford Roxo solicitando mais trens no ramal Rio d'Ouro, com tarifas e passagens mais baratas. A comissão também solicitou ao presidente da Câmara a conclusão do saneamento de Belford Roxo, entre outras exigências.

Nos relatórios<sup>2</sup> publicados no *Correio da Lavoura*, os prefeitos descreviam o andamento de obras de infraestrutura e conservação. Os orçamentos destinavam verbas para esses serviços. Entre os avanços registrados e os impasses nos entendimentos entre governo municipal, estadual e federal para os serviços de saneamento e assistência médica à população, encontram-se, também, outras descrições contrastantes sobre a situação da cidade e das principais ruas do distrito-sede que demonstram certos significados atribuídos ao espaço urbano, por vezes, conflituosos.

A "gorada rede de esgotos" era uma referência aos impasses entre ação municipal e governo estadual, porque, após a destituição do prefeito indicado pelo governo estadual, em 1920, foram paralisados os serviços de saneamento na cidade. Quando as obras iam adiantadas, em 1920, comemorava o jornal: "Nova Iguassú vae em progresso" (NOVA IGUASSÚ VAE EM PROGRESSO. 29 abr. 1920). Em 1921, o Jornal acompanhava as promessas de retomada das negociações, mas lamentava que nada estava sendo realizado (REDE DE ESGOTOS. 6 out. 1921).

Em contraste com a descrição do "pessimo estado sanitario" (SEJAMOS PREVIDENTES. 22 jun. 1922) da cidade, na semana seguinte o mesmo jornal comemorava: "Nova Iguassú Progride" (NOVA IGUASSÚ PROGRIDE. 29 jun. 1922). Ao comparar a situação das ruas da cidade com o cenário de anos anteriores, a partir de 1917, elegia como sintomas do progresso as novas construções que transformavam "antigos mataréos em verdadeiros e confortáveis palacetes". A inauguração de novas casas comerciais, as novas ruas abertas, a extensão dos domínios "de nossa já bem desenvolvida praça" e os melhoramentos introduzidos, a iluminação elétrica, o traçado das ruas, "revestindo-se tudo de aspecto novo e mais elegante" eram os argumentos utilizados para afirmar que "O progresso, geralmente moroso e difícil de ser conquistado, parece entrar, ultimamente, a passos largos, por esta cidade" (NOVA IGUASSÚ PROGRIDE. 29 jun. 1922).

---

<sup>2</sup> mensagem apresentada pelo snr. prefeito à camara municipal em 10 corrente. 18 dez. 1924; mensagem do sr. prefeito. 22 mar. 1925; mensagem do exmo snr. prefeito de iguaçu. 22 mar. 1928; mensagem do sr. prefeito. 2 ago. 1928; mensagem do exmo snr. prefeito de iguaçu. 31 jan. 1929; mensagem do exmo snr. prefeito de iguaçu. 14 fev. 1929; NEGREIROS, Sebastião de Arruda. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Comandante Ary Parreiras, interventor do Estado do Rio, pelo Exmo Sr. Dr. Sebastião de Arruda Negreiros, Prefeito de Iguacu, durante o ano de 1931. Iguacu, 1932. Publicado no *Correio da Lavoura*, em 22 mar. 1932, ano xvi, n. 784.

O "melhoramento" das ruas era visto como atrativo para o estabelecimento do comércio e de novas residências: "A rua Bernardino Mello, ha pouco, enfeitada por numerosas falhas de casas e por cercas de taquara, tendo ao longo infecta vala, além de uma deselegante sinuosidade, entra agora em franca prosperidade". A outra rua que margeia a linha férrea, a Marechal Floriano, também apresentava indícios de progresso, pois que nela, "surgem, também, construções novas que mais apuram o alinhamento. Tudo, enfim, sofre reviravoltas. O progresso entra em Iguassú a olhos vistos com os melhoramentos que se acumulam".

Essas descrições demonstram transformações ocorridas no cenário urbano que eram entendidas como elementos da construção da Nova Iguaçu. A configuração do alinhamento e calçamento das ruas em oposição às valas que cruzavam os logradouros, a instalação de iluminação elétrica, o aparecimento de novas construções remodelavam a paisagem e o estatuto do território. O jornal destacava a "desenvoltura com que se apresenta a lavoura do Município", especialmente dos "opulentos laranjais" como outro índice do progresso alcançado. Esse novo estado de coisas acenava para um "horizonte de felicidades", mesmo quando o jornal voltava a reconhecer: "Mas é verdade que Nova Iguaçu muito deixa a desejar e que é senhora de grandes defeitos" (NOVA IGUAÇU PROGRIDE. 29 jun. 1922).

Dessa dialética entre a construção da cidade, as denúncias do estado de abandono, as solicitações à ação dos poderes públicos e as comemorações das mudanças introduzidas, emerge a dinâmica do processo. É válido notar que, na mesma edição sobre as ruas prejudicadas pela falta de calçamento, era noticiada a finalização das obras do novo cinema e a futura instalação de uma confeitaria (DOIS MELHORAMENTOS. 1º jan. 1924.). Os "melhoramentos locais" no distrito-sede eram comemorados, como foram as obras realizadas de limpeza e melhoramentos em ruas do perímetro urbano e na estrada de ligação com a localidade de Mesquita: "O sr. Prefeito, com essas medidas de alcance, melhorando as nossas vias de comunicação, está imprimindo às ruas da cidade um agradável aspecto de limpeza e mesmo embelezamento" (MELHORAMENTOS LOCAES. 10 abr. 1924).

Nesse sentido, o *Correio da Lavoura* noticiava a instalação da nova sala de telégrafos (NOVA SALA DOS TELEGRAPHOS. A SUA INAUGURAÇÃO. 29 nov. 1917), eventos pela inauguração da iluminação pública em localidades do município, inauguração de estradas, etc. Ademais, de fato, esses acontecimentos eram celebrados em solenidades e discursos que espelhavam a importância de que eram revestidos como símbolos do progresso local. A inauguração do Café e Bilhares Elite, na praça Ministro Seabra: "nos moldes das casas de primeira ordem da Capital", do Bar Brasil na rua Marechal Floriano, novas casas de comércio, clubes, espetáculos de cinemas, teatro, circo, eram concebidos como expressivos do grau de civilidade e urbanidade do distrito-sede.

A "Vida Social" (coluna do jornal *Correio da Lavoura*, que comentava datas e eventos realizados), os bailes, os saraus nas residências de famílias abastadas; as festas de aniversário, as comissões de organização das festas do padroeiro da cidade; as disputas esportivas e eventos na "veterana sociedade esportiva", o Sport Club Iguaçu.; as bandas de música e o "transcurso ordeiro" dos blocos de Carnaval, do "Pega e Deixa", do "Contigo eu posso", etc., dão a ver a encenação da urbanidade do distrito-sede, o engendramento de características que constituíam aquele espaço como "cidade".

As notas de fundação e aniversário de outros jornais, a criação de grêmios literários, as associações e eventos promovidos por ligas católicas, sociedades espíritas, partidos e associações políticas, integravam o cotidiano da cidade. Os anúncios de dentistas, médicos, farmácias, cursos preparatórios, aulas de música, idiomas e outros serviços, sediados nas principais ruas do distrito-sede, concorriam para a função catalisadora exercida pela sede do poder municipal. A cadeia, o Fórum, a Câmara distinguiam a formação do espaço como núcleo das instituições políticas e administrativas do município.

É significativo observar como o *Correio da Lavoura*, de caráter ruralista, demandava e fiscalizava a introdução de melhoramentos no espaço urbano como ícones do progresso. A reformulação do espaço para dotá-lo de aspectos condizentes com certa noção de cidade era assim explicitado:

O que possuímos em materia de esthetica urbana, convenhamos, é tudo o que ha de mais archaico, monotono e de horrível mau gosto, impondo-se para sepultar essa velharia que ainda perdura como desafio a nossa capacidade evolutiva, uma reforma radical de conformidade com o nosso progresso, como aliás se observa em outros centros mesmo de inferior importância ao da nossa grande cidade (MELHORAMENTOS MUNICIPAES. 2 jun. 1932).

A introdução de novas benfeitorias constituintes da paisagem urbana era festivamente informada pelo *Correio da Lavoura*. A instalação do serviço de telefones na cidade era compreendida como "um sensível melhoramento que, ha muito, era reclamado pelas múltiplas necessidades derivadas do progresso a que attingiu este município" (SERVIÇO DE TELEPHONES, 12 dez. 1935). A inauguração do serviço foi celebrada, com um telefonema entre o prefeito Sebastião Arruda Negreiros e o interventor do estado, o almirante Protógenes Guimarães, sendo depois servido um "farto launch" confiado à Confeitaria Colombo, do Rio de Janeiro (INAUGUROU-SE O SERVIÇO TELEPHONICO DESTACIDADE. 23 jan. 1936).

Não há, nas páginas do jornal, uma oposição entre a defesa da lavoura e os investimentos pela infraestrutura da cidade. Ao contrário, um parece favorecer o outro. A cidade, a ser dotada de melhoramentos, deveria refletir a riqueza obtida com a citricultura, o progresso econômico do município.

Em 1936, artigo assinado por "T. U." argumentava que o desenvolvimento do município era caudatário do desenvolvimento da citricultura:

Esse surto formidavel que se nota na lavoura vae se refletindo na vida urbana de Iguassú. Com effeito, a cidade vae tomando novo aspecto. Predlios de architectura moderna vão se erguendo pelos diferentes bairros e novas ruas vão se abrindo. O commercio se expande e a industria começa a se desenvolver (DESPERTAR DE IGUASSÚ. 22 mar. 1936).

Além dos melhoramentos em assistência médica, em 1936, outro índice do progresso era a "instrução", porque "já conta com bons institutos de ensino". O trabalho da prefeitura no emprego das verbas arrecadadas em "melhoramentos urbanos" era ressaltado. Contudo, o autor lembrava que "todos esses progressos" poderiam ser maiores se fosse resolvido o problema do saneamento do território da baixada, "a dragagem e drenagem dos seus rios e pantanos é obra patriótica e sobretudo humanitária [...]" (DESPERTAR DE IGUASSÚ. 22 mar. 1936). Avanços e recuos, impasses e improvisos, constituíam, portanto, o engendramento da cidade.

Nas páginas do jornal ruralista, ainda que as vinculações estabelecidas entre urbanização e desenvolvimento econômico da lavoura possam evidenciar a defesa da agricultura para a prosperidade do município, é interessante notar essas apropriações e convergências, que apareciam, entre urbano e rural. No caso do distrito-sede, ambas "paisagens" e suas funções estavam bastante imbricadas. O saneamento, portanto, era considerado como condição primordial para o desenvolvimento da urbanização ou do emprego do território em áreas de cultivo. Arelado ao tema da higiene, era assunto nacional desde a instauração da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, que funcionou entre 1910 e 1916. A criação da comissão foi ancorada em argumentos de combate aos focos de malária e na recuperação da região para a economia agrícola: "o saneamento é entendido não somente como higiene pública, mas como instrumento de revitalização da região" (FADEL, 2009, p. 143). Médicos e engenheiros foram agentes importantes nesses movimentos de disseminação de uma nova ordem de costumes e de relação com o espaço urbano e rural. Novas comissões seriam implantadas nos anos de 1920, e no pós-1930 houve forte intervencionismo do governo de Getúlio Vargas sobre os assuntos de saneamento da Baixada Fluminense.

Em Iguazu, as ações da Prefeitura municipal sobre o saneamento também comparecem nos relatórios enviados pelo interventor estadual Ari Parreiras a Getúlio Vargas. O relatório do ano de 1933, submetido ao presidente Vargas, apresentava as ações das municipalidades do estado do Rio de Janeiro. Assim, o interventor avaliava positivamente o "estado sanitário" do município de Iguazu, devido aos serviços de desobstrução de rios, capina de ruas, limpeza e drenagem de terrenos alagadiços, trabalhos

nos quais a prefeitura empregava cerca de 150 trabalhadores. O interventor federal ressaltava os números da Instrução Pública, a situação das praças e das estradas de rodagem. Esse relatório, encaminhado ao presidente, ofertava também fotografias de algumas das estradas construídas ou reformadas (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Relatório da Interventoria, 1933).

As pesquisas sobre o saneamento na região alertam, entretanto, para os avanços e recuos, os impasses e entraves que permearam este processo desde fins do século XIX (FADEL, 2009; SANTOS, 2006). As relações entre as esferas municipal, estadual e federal revelaram conflitos sobre o encaminhamento do problema. As relações estabelecidas entre as agências de governo e as empresas contratadas para fazer os serviços, as concorrências entre especulação imobiliária, lavradores e industriais pela posse das áreas tratadas, além da continuidade de problemas de doenças, surtos e epidemias, são reveladores dos conflitos existentes. Cabe destacar, contudo, as associações entre saneamento e as funções rural ou urbana, requeridas, pretendidas e destinadas às diferentes regiões da Baixada Fluminense. Na esfera local, a importância conferida ao tema da higiene como elemento necessário à afirmação da localidade como uma "cidade", pode ser apreendida, ainda, na campanha pela construção de um hospital.

### A "Maior Campanha": o Hospital de Iguazu

A campanha pela fundação de um hospital no distrito-sede figurava nas colunas do *Correio da Lavoura* desde 1922. A instituição serviria para "recolher e amparar ao menos os nossos doentes, os indigentes que necessitam da caridade publica". A existência de hospitais em todas as cidades do estado, por iniciativa particular ou do poder público, era contrastada com a situação em Nova Iguaçu: "Porque não havemos nós de fazer o mesmo em Nova Iguaçu? É preciso um esforço por parte da nossa população, e aos corações bem formados cabe a iniciativa desse melhoramento tão urgentemente preciso e útil para uma cidade como a nossa" (A NECESSIDADE DE UM HOSPITAL EM NOVA IGUAÇU. UM APPELO AO POVO. 19 out. 1922).

Para a fundação do hospital, apelava-se tanto aos poderes públicos quanto ao "espírito de caridade". Aos "homens ricos, detentores da fortuna" o jornal conclamava, num apelo religioso, pela construção de um hospital para os "desherdados da sorte": "Fundemos, pois, um hospital em Nova Iguaçu" (A NECESSIDADE DE UM HOSPITAL EM NOVA IGUAÇU. UM APPELO AO POVO. 19 out. 1922) Pelo exemplo do realizado em outras cidades, o jornal confiava que a construção da casa de saúde poderia advir por auxílio da iniciativa particular e da subvenção dos poderes públicos. A "necessidade imperiosa e inadiável" de um estabelecimento hospitalar em Nova Iguaçu era urgente, porque "Do contrario, continuaremos, de outro lado, a oferecer um attestado deploravel da nossa incúria, distanciando-nos das mais pequenas cidades do interior" (PRECISAMOS DE UM HOSPITAL. 9 nov. 1922).

Nas primeiras matérias da campanha, além da legitimidade da destinação de um hospital para o atendimento aos doentes, argumentava-se a criação da instituição para "elevação" da localidade ao nível compatível ao de uma cidade. Além de promover a caridade, o hospital promoveria o reconhecimento daquele espaço como cidadão, urbanizado. Dessa forma, deveria, portanto, contar com o empenho da ação governamental e de doações dos abastados da sociedade local.

A criação de uma casa de saúde e de um mercado era apregoada como resposta às "maiores necessidades" da cidade em 1923, porque repercutiriam na remediação e prevenção dos hábitos de higiene e alimentação da população (AS NOSSAS MAIORES NECESSIDADES. 26 abr. 1923).

Apesar da continuidade da campanha no jornal, somente em 1926 houve uma primeira resposta da ação municipal, pela proposta, aprovada na Câmara, de uma dotação orçamentária. Embora destacasse a ação do vereador proponente da iniciativa, o jornal alegava que os recursos aprovados eram insuficientes (O NOSSO HOSPITAL. 8 abr. 1926).

Por ocasião da representação que a população da localidade de Morro Agudo encaminhou ao

diretor de Saúde Pública do estado, solicitando medidas urgentes para socorrer com medicamentos o surto de paludismo na localidade, o jornal lembrava a "necessidade de fundação do hospital" (UM HOSPITAL PARA ESTA CIDADE. 29 abr. 1926). Argumentava-se sobre situações nas quais o socorro de farmacêuticos e do médico residente na cidade era insuficiente, sendo por vezes necessária a internação das vítimas: "Não será ocasião do governo do Estado fazer alguma coisa em benefício desta terra, contribuindo com alguns pares de contos de réis para a fundação da nossa Santa Casa?" (CUIDEMOS DO NOSSO HOSPITAL. 8 jul. 1926).

A proposta de edificação de um hospital foi mantida na recorrência de matérias, em geral na primeira capa, ora argumentando sobre as necessidades e os benefícios que resultariam da construção do mesmo, ora apelando para que as ideias tomassem forma, pela ação de particulares ou dos poderes públicos. Mesmo reconhecendo que a campanha atravessava anos sem ver maiores resultados, o jornal não esmorecia: "Insistiremos, pois, no assumpto; malharemos hoje como hontem e do mesmo modo amanhã e sempre, até ver convertido em confortadora realidade o sonho que nos embala" (CUIDEMOS DO NOSSO HOSPITAL. 15 jul. 1926).

A adesão simpática de outras forças, segundo o jornal, alimentava a batalha, como a iniciativa do vereador que propôs uma dotação orçamentária. O jornal questionava a falta de empenho: "Nesta terra tão generosa, que tem enriquecido tanta gente, onde as laranjas representam verdadeiros pomos aureos, não haverá meia dúzia de beneméritos, almas generosas, corações magnânimos, que queiram assinar um 'Livro de Ouro' em benefício das Obras do nosso hospital? Esperemos..." (CUIDEMOS DO NOSSO HOSPITAL. 15 jul. 1926)

Em um conjunto seriado de matérias, publicadas sob o título "O que mais precisamos", a falta da casa de saúde era colocada ao lado dos problemas dos transportes e do abastecimento de água na cidade.

Também a escassez e os atrasos constantes no serviço dos trens constituíam, segundo o jornal, um entrave ao crescimento da cidade, que tendia a se tornar "um dos maiores núcleos de população suburbana". Contudo, o afluxo de pessoas para a cidade era atrapalhado pela condição precária dos serviços de transporte, que dificultavam a mobilidade das pessoas: "Está ahi uma das causas do nosso atraso no desenvolvimento que já deveria ter a cidade de Nova Iguassú, digna de melhor sorte, se tivesse administradores na altura de seus interesses" (O QUE MAIS PRECISAMOS. 21 out. 1926).

O abastecimento de água era considerado outro problema sério, porque sendo o mesmo o volume de água distribuído há dez anos, não correspondia ao crescimento da população local. Os poderes públicos municipais eram responsabilizados pelo problema, por agirem com imprevidência e segundo interesses pessoais, posto que era do município que saía a água que abastecia o Distrito Federal, não sendo, portanto, um problema de escassez. A crítica do *Correio da Lavoura* se fazia contumaz: "Já é tempo de se ir commentando estes deslises, esta falta de patriotismo (digamos assim) dos que nos dirigem; a critica faz-se mistér, porque não é possível mais permittir que serviços do valor deste continuem esquecidos, não obstante os insistentes clamores da população" (O QUE MAIS PRECISAMOS. 4 nov. 1926).

Na sequência desses temas, relacionados à falta de estrutura da cidade, pleiteava-se a captação de maior volume de recursos para a construção da casa de saúde. Além da importante iniciativa particular, conclamava-se a participação dos poderes públicos na empreitada, com dinheiro e materiais de construção. A participação da ação municipal precisava estar presente no aumento das verbas destinadas e pelo uso do "seu prestígio político" junto ao governo estadual (O QUE MAIS PRECISAMOS. 18 nov. 1926).

Contudo, apesar do ânimo do jornal, o projeto de construção do hospital só encontraria respaldo prático da Prefeitura em 1931. Em janeiro daquele ano, num *box* ao pé da página, o jornal noticiava a realização de uma reunião promovida no gabinete do prefeito, por iniciativa deste, da qual participaram "alguns cavalheiros de prestígio em nossas varias camadas sociais", tendo sido também convidado o diretor da folha. Devido a essa iniciativa aventava-se que "a velha campanha por nós encetada ha annos com o fim de se fundar em nossa cidade um Hospital, parece que caminha para uma solução pratica" (O HOSPITAL DESTACIDADE. 29 jan. 1931).

Em decorrência das reuniões promovidas pelo prefeito Sebastião de Arruda Negreiros, foi constituída uma Associação de Caridade denominada "Hospital de Iguassú". Um livro para acolher subscrição de sócios foi disponibilizado na secretaria da Prefeitura, e seriam considerados fundadores do hospital aqueles que assinassem o livro até a aprovação dos estatutos da recém-criada associação (HOSPITAL DE IGUASSÚ. 19 fev. 1931).

O empenho do prefeito Sebastião de Arruda Negreiros em retomar a empreitada do jornal é revelador dos esforços promovidos por Negreiros para angariar maior aceitação ao seu governo. Ao ser nomeado interventor, em dezembro de 1930, pela influência política de Manuel Reis, o novo prefeito enfrentou a oposição de setores ligados a Getúlio de Moura, que havia tentado assumir a prefeitura, nas eleições de 1929. Getúlio de Moura perdeu as eleições, e depois, pela força armada, tentou assumir o poder no município na ocasião do movimento de 1930. Silvino de Azeredo, diretor-proprietário do *Correio da Lavoura*, era membro da União das Classes Conservadoras de Iguacu, da qual fazia parte, também, Getúlio de Moura.

É relevante notar como, a partir da iniciativa em prol do hospital, o *Correio da Lavoura* passou a reconhecer os esforços do novo prefeito na realização de melhorias para a cidade (CONCURSO DE PROFESSORES. 19 fev. 1931). Por ocasião da visita do presidente Getúlio Vargas pelo aniversário de 40 anos de fundação da Nova Iguaçu (Passou, no dia 19 do corrente, o 40º ano de fundação desta cidade. 25 jun. 1931), o jornal ressaltava, entre os eventos ocorridos, o lançamento da pedra fundamental do Hospital Iguaçu, o que significava a vitória da campanha iniciada pelo jornal (A VISITA DO DR. GETÚLIO VARGAS ANOVA IGUASSÚ. 25 jun. 1931).

**Figura 01 – Fotografia do lançamento da pedra fundamental do Hospital de Iguaçu, 1931**



**Fonte: Álbum fotográfico de Nova Iguaçu, 1978. Foto 15. Lançamento da pedra fundamental do Hospital de Iguaçu, 1931.**

O lançamento da pedra fundamental do hospital integrou a agenda do chefe de governo na cidade, que também inaugurou a rua "completamente remodelada" denominada Getúlio Vargas e a primeira *packing house* do município. Eram ações que simbolizavam diversos "melhoramentos" ocorridos na cidade que festejava 40 anos de fundação: "Honrada com tão illustre visita e pelos elevados objectivos que a determinou a nossa população soube cercar o chefe da Revolução na sua primeira visita a esta cidade, do carinhoso e entusiastico acolhimento de que é merecedor" (PASSOU, NO DIA 19 DO CORRENTE, O 40º ANNO DE FUNDAÇÃO DESTA CIDADE. 25 jun. 1931).



Na reunião de aprovação dos estatutos do hospital, presidida pelo prefeito Sebastião de Arruda Negreiros, foi eleita a nova diretoria da instituição, sendo o prefeito eleito presidente e Silvino de Azeredo o vice. Silvino de Azeredo discursou destacando a disponibilidade do prefeito em levar a cabo o ideal "porque se bateu durante longos anos". O capitão Sebastião Herculano de Matos, tesoureiro da instituição e líder da Associação dos Fruticultores da cidade, também lembrou a importância de Silvino de Azeredo na campanha realizada. O "lavrador" Abílio de Jesus Borges Ferreira "em nome dos seus colegas lavradores" enalteceu os esforços do *Correio da Lavoura* (HOSPITAL DE NOVA IGUAÇU. 23 jul. 1931) Ao estampar em primeira página a planta do "magesoso edifício" destinado ao hospital, o jornal afirmava, em letras garrafais, acima da figura: "Alcançamos, felizmente, a vitória de nossa campanha, iniciada ha nove annos, em pról desse estabelecimento hospitalar". Para assegurar o protagonismo do jornal da promoção da campanha, era transcrita na íntegra a matéria com a qual foi iniciada a campanha, em 19 de outubro de 1922 (O FUTURO HOSPITAL DE IGUAÇU. 2 jul. 1931).

O interventor do estado, Ari Parreiras, em relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas em 1933, publicava uma fotografia do andamento das obras de construção do Hospital de Iguazu. A legenda da foto informava: "Iguassú – Hospital da Cidade (em construção) – Serviço da Prefeitura em cooperação com particulares e auxiliado pelo Estado" reformadas (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Relatório da Interventoria, 1934).

**Figura 02 – Fotografia do Hospital de Iguassú em construção**



**Fonte:** Estado do Rio de Janeiro. O governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas municipalidades durante o ano de 1933. Relatório da Interventoria ao Exmo. Sr. Presidente da República. Ary Parreiras, Niterói, 1934, p.253.

A inauguração do hospital aconteceu em 1935, envolta em solenidades, com a participação de representantes das três esferas do poder executivo e "com numerosa assistência" (HOSPITAL DE IGUAÇU. 4 abr 1935). Houve bênção do edifício, missa festiva, reunião da diretoria, quermesse beneficente ao hospital. Sebastião Herculano de Matos foi o orador oficial da solenidade, que contou com a presença, entre outros, do capitão Silvino de Azeredo, do médico Luís Palmier e do deputado Manuel Reis. Um "lunch" foi servido aos convidados, e o Sport Club Iguassú promoveu um baile comemorativo em sua sede. Ao descrever o edifício, as alas arejadas, os equipamentos disponíveis, as "mais modernas instalações sanitárias e hygienicas", o jornal concluía que: "Com a relevante realização, fica este município dotado de um hospital modelo, instalado de accordo com os preceitos da nova technica, que são imprescindiveis a uma obra de tamanho vulto" (HOSPITAL DE IGUAÇU. 4 abr 1935).

A construção do Hospital de Iguaçu, as obras de saneamento, as ações dos postos de profilaxia rural, as melhorias em infraestrutura relatadas pelos prefeitos nos relatórios e notificadas pelo *Correio da Lavoura*, contudo, não suprimiam as condições de precariedade da região. Ao acompanhar os avanços, impasses e recuos na adoção de "melhoramentos urbanos" na paisagem do distrito-sede, o jornal local também transmitia as reclamações, a continuidade de problemas surgidos da falta de infraestrutura local, de ruas sem calçamento, da precariedade dos transportes, da situação das escolas (DIAS, 2014).

### A título de conclusão

Nos debates e campanhas promovidos pelo *Correio da Lavoura* visando à remodelação da paisagem urbana do distrito-sede, as alterações na infraestrutura da cidade eram valorizados como indícios do progresso local, que deveria estar materialmente inscrito na configuração da cidade.

Interessante notar, nas páginas de um jornal ruralista, os significados valorativos impressos à cidade, ao distrito-sede, quando se tratava de disputar e fiscalizar a ação dos poderes municipal, estadual e federal na promoção de melhorias para a região, fossem estradas, escolas, hospitais, postos de profilaxia rural, reformas de ruas, de praças, etc. No *Correio da Lavoura*, os "melhoramentos urbanos" foram noticiados e exigidos como refletores dos benefícios que a atividade de citricultura promovia para o município, devendo, portanto, o distrito-sede espelhar, por seu *status* de cidade urbanizada, os frutos desse desenvolvimento. Em Nova Iguaçu, esse processo se apresentou pela especificidade de as relações urbanas serem permeadas, no distrito-sede do município, pelos impactos do ruralismo "fluminense", pelos empenhos promovidos em tornar a citricultura o eixo da atividade econômica de parcelas da população local. As intervenções no território e nos sujeitos, pelas políticas de saneamento e profilaxia rural, pensadas conjuntamente ao longo da Primeira República, vivenciadas em Iguaçu, foram configurando novas paisagens para a localidade, procurando, também, disseminar na população novos códigos de cuidados com o corpo – de ordem médica e moral – que buscavam valorizar o trabalho, a disciplina, a obediência. Tratava-se, portanto, de um amplo projeto de operação de hegemonia visando a direção de um específico projeto de sociedade e de Estado (GRAMSCI, 2007).

### Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro : quartet: faperj, p.523,2014.
- FADEL, Simone. **Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na Primeira República**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Estado do Rio de Janeiro. **O governo do Estado do Rio de Janeiro e de suas municipalidades durante o ano de 1933**. Relatório da Interventoria ao Exmo. Sr. Presidente da República. Ary Parreiras, Niterói, 1934
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Pensamento social, Ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Antropologia e a Pesquisa Educacional**. São Paulo, Cortez, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SANTOS, Júlio Cesar Paixão. **Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.